

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

•
Número Especial

*Actas do II Colóquio
sobre a Investigação e o
Ensino da Antropologia
em Portugal*

Vol. 7
1989

MUSEU E LABORATÓRIO ANTROPOLÓGICO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Função da Vizinhança Entre os Camponeses de Tourém

Luís Polanah *

Estas notas estão baseadas em material de campo recolhido em dois meses separados por um intervalo de oito anos: em Agosto de 1978 e de meados de Agosto a meados de Setembro de 1985, em Tourém, no concelho de Montalegre. Recolho nestas poucas páginas o essencial das ideias que me ocorreram enquanto me debrucei sobre aquela freguesia barrosã; constituem preocupações minhas sobre a velha questão do tão falado "comunitarismo agro-pastoril" ou "colectivismo agrário", para outros, acerca da qual já escrevi alguma coisa.

A descrição das diversas práticas de cooperação ainda vigentes nos períodos das minhas visitas, embora em risco de desaparecimento, permite esboçar um quadro tipológico suficientemente esclarecedor dos verdadeiros mecanismos históricos, sociais e psicológicos que, em conjugação com o relativo isolamento geográfico ali permitiu que se preservasse uma forma de vida colectiva adormecida na tradição.

Para melhor compreensão do meu pensamento é importante que fique um breve resumo das principais formas de cooperação praticadas pelos camponeses de Tourém. São expressões que configuram interesses, necessidades, objectivos, sentimentos e valores distintos em cada situação. Isto quer dizer que variando a importância e intensidade daqueles factores motivacionais em função da utilidade dos serviços para que são mobilizadas as pessoas, os laços de interdependência pessoal e a relação individual ou do indivíduo com a colectividade também são variáveis e não necessariamente sustentados pelos mesmos sentimentos e valores.

Tomando, assim, como critério de escalonamento a relação pessoal ou inter-familiar, onde o parentesco, o compadrio ou a amizade estão por alguma forma presentes, pode-se partir dele e chegar até níveis de relação em que o parentesco ou a amizade podem já não ser condição para o exercício da cooperação voluntária e não onerosa.

Coloco em primeiro lugar a "entre-ajuda familiar" que é facilmente percebida durante as segadas e as malhadas:

Geralmente nas ceifas e malhadas a urgência e intensidade das tarefas agrícolas exigem um reforço da capacidade de trabalho familiar. Os membros duma família de agricultores mostram-se insuficientes para sozinhos darem conta das tarefas num espaço de tempo limitado, se atendermos a que essa urgência colhe toda a colectividade no

* Universidade do Minho, Braga.

Verão. O recurso então à ajuda dos parentes e amigos vizinhos da aldeia constitui a solução racional. Chegam também os parentes emigrantes que participam igualmente nessa azáfama estival da colheita dos frutos da terra. Mas estes serviços de favor, prestados sem qualquer retribuição monetária, não são inteiramente gratuitos, visto que obriga moralmente quem foi beneficiado a retribuí-los, no momento próprio, a cada um dos vizinhos presentes, parentes ou não. A reciprocidade alimenta as atitudes solidárias nestas e noutras ocasiões, conforme as conveniências particulares das famílias. O apelo à solidariedade intravincinal não é dirigido ao forasteiro, ou àquele com quem se não mantém relações amistosas, mas às pessoas de boa confiança e com quem habitualmente se trocam pequenos obséquios e amabilidades. Os laços de sangue são prioritários mas não dispensam os antecedentes de um relacionamento cordial e confiante.

Situo em segundo lugar a guarda e vigilância do gado no pasto do monte baldio, formando a "vezeira do gado". Neste caso, a solidariedade vicinal reclama do camponês outra expectativa de interesses, impelindo-o para um tipo de cooperação que não se alimenta necessariamente daqueles factores afectivos e genéticos, geralmente, presentes no primeiro caso.

Apenas criadores de gado podem estar interessados num acordo para pastorearem os seus animais que reúnem num rebanho colectivo. São evidentemente excluídos da associação os que não possuem animais de pasto em número que se justifique, visto que o número de dias que cada pastor de vezeira presta está em proporção com o número de animais que agregou da sua parte. A obrigação de guardar o gado corre a vez por todos os donos de rebanho. A isto se chama completar a roda. Este tipo de associação funciona na base duma reciprocidade, como parece claro. Desenvolve-se em cadeia proporcional ou rotativa, em que a retribuição do serviço de vigia aparece diferida na roda, fazendo participar cada um dos donos do rebanho à vez. O desleixo e a incompetência, com prejuízos materiais para o grupo de proprietários, determina a sua exclusão da sociedade. Um incidente desta natureza não afecta forçosamente outras áreas de cooperação entre vizinhos, uma vez que a vezeira não depende intrinsecamente dos valores que são reclamados no sistema de "entre-ajuda".

O terceiro grupo aponta para os "trabalhos colectivos", que não deve ser confundido com os dois anteriores. Neste caso a população é convocada em massa, ou chamando-se os responsáveis das principais casa da freguesia (os chefes de família) por turnos. Convocado o povo pelo conselho de vizinhos ou pela Junta de Freguesia, ninguém se furta a corresponder ao chamado. Na arroteia dum campo por desbravar e destinado a ser loteado, na limpeza de valas ou de uma fonte, no conserto de um chafariz ou na reparação da igreja local, beneficiação do cemitério, etc., a mobilização popular não é estimulada pela natureza dos laços interpessoais, como parentes ou amigos; a coação moral incide na sua condição de vizinhos da freguesia. É somente a relação de contiguidade e coexistência no mesmo espaço social e ecológico onde se gerou a história da comunidade que vincula o individuo e as famílias ao compromisso de defender, manter, fazer crescer e prosperar o lugar em que a sua identidade se afirma. Os benefícios resultantes desse trabalhos não se destinam a ninguém em particular; reverterem para o patri-

mónio do grupo total. O carácter imperioso dessa obrigação foi geralmente exaltado como um dos fortes testemunhos da solidariedade grupal na maior parte das comunidades camponesas do norte do país. Contudo, esta leitura da sua unidade moral não é unívoca; ela oculta a explicação mais racional, mais histórica que pode encontrar-se noutra lado.

Em Tourém existem outras actividades e interesses em que o egoísmo individual é refreado por medidas e regulações consensuais entre os vários moradores vizinhos interessados. Os direitos individuais e familiares sobre objectos e recursos produtivos comuns acham-se regulados por forma a garantir o acesso de todos a eles, a cada qual em seu momento próprio. Temos, por exemplo, o forno do povo, a água de rega, o uso das eiras, etc. Houve uma racionalização dos direitos individuais ou privados em função da harmonia colectiva. Se é verdade que o parentesco e a amizade são dois poderosos factores de aproximação e conjugação de esforços e interesses, não será menor a consciência do espaço comum partilhado que a vizinhança gera. É no interior deste cenário em que se movem interesses, sentimentos, tensões e alianças que se tece a rede de compro-missos e conveniências, equilibrando as relações interpessoais e as interdependências familiares e vicinais que a tese do "comunitarismo" endossou ao conservadorismo das tradições locais e ao respeito religioso pelos valores ancestrais.

Com este quadro esboçado eu interrogo-me se o espírito que historicamente animou as solidariedades locais nos vários momentos da vida das famílias se deveu à força da tradição (dos usos locais secularmente mantidos) e à obediência a uma suposta vontade sagrada dos mortos antepassados, como quase sempre afirmaram os etnógrafos das gerações passadas; ou, se o fenómeno comunitarista não tem antes a ver com as condições históricas sob as quais a sociedade camponesa foi plasmada e conservada durante séculos até, praticamente, os nossos dias. Condições que favoreceram a reprodução cultural e material dum sistema de vida e relação ajustado à pobreza e ignorância crónicas da maior parte das famílias do interior norte de Portugal.

Velhas instituições medievais arrastaram-se até os nossos dias, mais ou menos. Se não foram os domínios senhoriais, foi o seu espírito, a atitude face ao poderoso, à propriedade e à sua dependência da terra. A extinção dos vínculos nos fins do século XVIII não foi medida que se impusesse de maneira radical... dentro de determinadas condições os morgadios podiam continuar a constituir-se, e a norma que o estipulava abre caminho à burguesia, como, por exemplo, "aos indivíduos que tivessem prestado serviços ao Estado, os que se tivessem distinguido no comércio, agricultura e na industria, e ainda os que tivessem aberto paul ou cultivado terras incultas que excedessem o rendimento de 600\$..."

António Sérgio alude aos decretos que Mouzinho da Silveira publica enquanto D. Pedro desembarcava no Porto à frente dum exército de 7500 homens, em 1832; e diz: "A agricultura estava sujeita a mil servidões parasitárias, de que viviam os indivíduos das classes privilegiadas, e que estorvavam a produção. Agora, perdido o Brasil, tornava-se forçoso revogá-las". E Mouzinho, justificando as medidas, tinha diante de si o "quadro de horror que oferece um cidadão laborioso quando, cheio de fadigas de um ano in-

teiro, vê levantar a sua colheita a mil agentes da avidez do clero e dos donatários, e fica reduzido ao miserável resto que a avidez deixa à mendicidade laboriosa". Sérgio conclui que "seria absolutamente impossível fomentar a agricultura enquanto se não extirpasse do seu corpo o parasitismo fidalgo e clerical".

José Hermano Saraiva resume que "As linhas gerais da obra (reformadora de Mouzinho da Silveira), que foi legislada em textos numerosos, são o fim dos privilégios, a igualdade à partida, a liberalização económica, a eficiência do aparelho governativo. Posta em prática depois do triunfo militar liberal, este conjunto legislativo representou, no plano efectivo dos factos, a liquidação do antigo regime".

As citações foram aqui trazidas apenas para indicar um marco histórico importante ao qual se é obrigado a recorrer sempre que queiramos entender a psicologia do povo camponês, principalmente do Norte de Portugal. Os estudiosos que nos antecederam antes de 25 de Abril descuidaram a análise dos factores histórico-sociais e económicos que ainda dominavam o sentido existencial das famílias camponesas prisioneiras da ignorância e pobreza. Gente muito laboriosa, prolífera e predominantemente analfabeta, o seu mundo desenvolveu-se entre o respeito dos ricos e senhores de terras e a autoridade carismática do clero. É certo que os ventos do liberalismo sacudiram os alicerces da sociedade herdada do antigo regime, mas não lhe extraiu os vícios e as dependências pessoais.

É neste enquadramento social, económico e cultural que devemos procurar compreender como se adaptou e sobreviveu o camponês, desenvolvendo os tão decantados laços de solidariedade que tingiram de beleza e singularidade as monografias legadas pelos nossos estudiosos da primeira metade deste século. Este é o problema que é proposto à reflexão dos investigadores actuais.

As práticas e formas de organização das relações de trabalho na produção procedem condicionadas já do antigo regime e persistiram até quase os nossos dias. Se tivermos em conta que o quadro familiar e de vizinhança aparece quase sempre como o núcleo original da localidade, e em torno da casa e da pequena propriedade ou do quintal, é certamente a partir daí que devemos procurar explicar a estratégia da sobrevivência. Pois, está mais que visto que as classes poderosas não se distinguiram por uma filosofia comunitarista, embora elas mesmas tivessem criado outras saídas para se perpetuarem como tais com os seus privilégios assegurados. Os donos de terras e ricos podiam pagar a jornaleiros e criados para lhes fazerem o trabalho do campo e cuidar dos seus gados. Podiam, além disso, exercer a caridade, exhibir a sua generosidade, semear a dependência nos corações gratos por essas generosidades...

Contudo, o pobre do lavrador, enquanto vigoroso, luta por todas as formas para fazer prosperar o seu pedaço de terra e "subir na vida" isto é, aproximar-se do estatuto social e de riqueza dos poderosos e ricos. Mas ele depende, principalmente, dos membros do seu agregado familiar para desenvolver a força de trabalho necessária a uma produção capaz de lhe garantir excedentes e riqueza. O que ele, as mais das vezes consegue é apenas produzir para sobreviver, ou avançar pequenos passos que arremedam prosperidade. A sua auto-suficiência económica não é acompanhada duma auto-sufi-

ciência nos meios de produção, principalmente em certas etapas do seu labor produtivo. A busca do auxílio de parentes e vizinhos para poder dar curso, em tempo apropriado, à sua actividade, fez gerar na população hábitos de trabalho que o costume estruturou dentro de certas normas em que o espírito de solidariedade parece ser o sentimento mais evidente. Fosse qual fosse a distância a que as famílias se situassem umas em relação às outras, o campanário erguia-se como o centro vital da sua fé e da sua identidade local. A paróquia e os fregueses são núcleos fechados num redil moral sociologicamente configurado em torno de determinados valores e atitudes de que não é fácil abdicar.

A imagem do redil e do rebanho é apropriada para compreender o espírito de conformidade e de uniformidade para que sempre se procurou educar e manter a população. A convizinhaça das famílias fosse de que maneira fosse, os laços de consanguinidade tecidos e as amizades e compromissos pessoais aparecem como forças estimulantes da cooperação, quando ela é requerida por qualquer das partes. A relativa proximidade entre uns e outros com aqueles liames e sentimentos a fornecer-lhe vitalidade, permite à colectividade respirar uma confiança nas suas forças e prosseguir a sua vida com a certeza de lograr êxitos. Reza, comunga, pensa na sua salvação, paga as cõngruas e dízimos, venera os seus santos, festeja o padroeiro da freguesia, respeita os notáveis da aldeia, etc.; a sua consciência está em paz, Deus não será injusto com quem é humilde e crente e cumpridor dos seus deveres.

Outra das características referidas na literatura do comunitarismo tradicionalista é o sentido igualitarista da comunidade camponêsa; isto é, louva-se a ausência de classes ou de categorias sociais a quererem impor os seus privilégios pessoais na aldeia. Todos se falam como iguais e assim parecem ser nos seus direitos, deveres, posses, poder e prestígio... O que não é verdade. Mas o igualitarismo é a outra face da solidariedade que acompanha (ou deve acompanhar) a relação entre vizinhos em todos os momentos das suas vidas na aldeia. O igualitarismo pretende anular a diferença, mesmo onde ela é notória. A solidariedade expressa, no momento próprio, a unidade do grupo em situações onde as diferenças devem reafirmar a sua fidelidade à terra e às suas origens comuns.

O sentido de unidade entre vizinhos não é produto do acaso. Resulta duma contingência histórica e da maneira como as classes rurais estruturaram os seus interesses e distribuíram a riqueza da terra. O que depois se desenha como formas tradicionais valorizadas pelo povo são hábitos e costumes que provaram ser úteis para a sobrevivência das famílias, dentro dos recursos limitados postos à sua disposição. A base, porém, do funcionamento da vida colectiva, em suas diversas formas de compromissos, resulta da convizinhaça das famílias. Por alguma maneira e pretexto cada família possui, no mínimo, uma fronteira em comum com outra: se não é o quintal, é o campo ou a casa ou o pasto ou a horta ou o tanque de lavar roupa, o fontenário, a igreja ou os mortos, para não falar naquelas fronteiras que o casamento, o compadrio ou a amizade tecem necessariamente. É este o aspecto que merece ser posto em evidência para compreender a vida numa aldeia - a dinâmica da vizinhança que se expressa tanto na continuidade espacial como se desenha em diversas áreas de interesses comuns e abrangem o lado emocional e afectivo de cada pessoa, quando em relação com o seu vizinho.

Os condicionalismos profundamente limitativos para permitir a dignificação da vida camponesa provocaram o desenvolvimento de formas de convivência e de relações de trabalho e produção que a ideologia religiosa protegeu e alimentou e, mais tarde, os estudiosos do comunitarismo exaltaram como sendo as virtudes seculares dum povo...

O comunitarismo caracteriza-se, de facto, por ser (ou haver sido) um sistema fechado, auto-suficiente e quase auto-gestionário... As diferenças existentes no seu seio, as suas clivagens internas e desigualdades estruturais baseadas na riqueza, educação e posse da terra, foram praticamente ignoradas ou minimizadas para ceder lugar à exaltação do sistema de vida. Não houve condições para que o camponês tomasse consciência de que a sua miséria crónica era o preço que pagava para ganhar o céu e que o pároco, sustentando a doutrina da resignação contribuía para que as desigualdades e injustiças se perpetuassem, à custa da piedade dos paroquianos, e do seu conformismo perante o destino com a promessa do amor e o perdão de Deus... As famílias ricas sempre estiveram à frente das iniciativas de carácter religioso e foram sempre as primeiras a jurar a sua conformidade perante a vontade do Senhor, ao lado dos pobres e desamparados.

O êxito deste sistema de vida em que as diversas famílias locais parecem formar um núcleo coeso e solidário, apesar das suas diferenças, deve-se, a meu ver, à maneira como o relacionamento entre vizinhos do lugar se alicerçou desde a Idade Média até quase os nossos dias. A vizinhança não é nada em si; é um estado relacional, próprio de toda a formação grupal que decide estabelecer-se interligando os seus interesses e vontades no mesmo local. É a base elementar do processo social da vida comunitária. Numa aldeia camponesa como Tourém, as componentes ideológicas do seu comunitarismo apoiaram-se na resignação cristã e no poder dos proprietários ricos que foram o estio da Igreja. Eliminado o espírito de insubmissão por parte dos mais desfavorecidos e despossados de bens, a impressão de igualitarismo social espelhou bem a submissão da comunidade ao espírito do Evangelho. Todos sabemos, no entanto, que essa igualdade estrutural não existe em nenhuma comunidade camponesa. E onde se afigurou existir, o igualitarismo imperante foi o da miséria, sublimado pela moral e pela religião. Aqui a relação entre vizinhos pareceu processar-se horizontalmente e num sentido linearmente harmonioso. O que em nenhum caso é verdade.

De facto, a vizinhança não pressupõe um estado de coexistência e interdependência pacíficos. Ser vizinho é ser parte de um todo e potencialmente em concorrência com os outros membros do grupo. Antagonismo e cooperação são os termos duma dialéctica funcional. Conhecem-se imensos casos de zangas e conflitos entre parentes e amigos do mesmo povo. A freguesia de Tourém está cheia de casos. Intrigas familiares, questões de heranças, estragos em campos do outro, dívidas não pagas, apropriação abusiva de terras alheias, a inveja, a calúnia, a injúria, a ofensa moral, etc. são casos correntes no ambiente duma aldeia onde o comunitarismo teve a sua época. Quando pretendo dar realce à vizinhança pelo seu papel dinâmico na vida duma aldeia camponesa, não quero sugerir que ela seja necessariamente pacífica. O que quero acentuar é, pelo contrário, que o estado de vizinhança não é nem nunca foi um estado normalmente pacífico. Sob a

capa de entendimento harmónico entre as pessoas e famílias circulam os ódios, as invejas, as tensões, o egoísmo, a má fé, a deslealdade, enfim. Mas tudo sob controlo, porque a pobreza e a ignorância em ambiente comunitarista só tinham uma forma de permitir que as famílias sobrevivessem - era apoiando-se na ajuda do outro, fazendo da sua debilidade individual a força da colectividade.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Jorge - "Vilarinho da Furna - uma aldeia comunitária". Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa 1981.

DIAS, Jorge - "Rio de Onor - comunitarismo agro-pastoril". Editorial Presença, Lisboa 1981.

DIAS, Jorge - "Portuguese Contribution to Cultural Anthropology" (especialmente o Capítulo V - Community Studies in Portugal. Witwatersrand University Press, Johannesburg 1964.

FONTES, António Lourenço - "Etnografia Transmontana - II O Comunitarismo do Barroso", Montalegre 1977.

LISÓN TOLOSANA, C. - "Antropologia Cultural de Galicia", 3ª edição - Siglo XXI, Madrid 1977.

POLANAH, Luís - "O Colectivismo Agrário no Norte de Portugal", Antropologia Portuguesa, Vol. 3, 1981, pp. 61-68. Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra.

POLANAH, Luís - "Algumas reflexões sobre o Comunitarismo em Rio de Onor", in Revista Factos e Ideias, Ano 1, nº, Universidade do Minho, Braga 1985.

SARAIVA, José Hermano - "História Concisa de Portugal". Publicações Europa-América, Lisboa s/d.

SÉRGIO, António - "Breve Interpretação da História de Portugal", 9ª ed. - Livraria Sá da Costa, Lisboa 1979.

SOUSA, Tude M. de - "Gerez" (notas etnográficas, arqueológicas e históricas), Imprensa da Universidade, Coimbra 1927.

VEIGA DE OLIVEIRA, E. - "Trabalhos Colectivos Gratuitos e Recíprocos em Portugal e no Brasil", Separata da Revista de Antropologia, Vol. 3, nº 1, São Paulo 1955.